

100 MAGISTRADOS CENTENÁRIOS

1920-2020



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

1920 - 2020

Nascidos em 1920, os magistrados **José Meger, Marino Bueno Brandão Braga e Zeferino Mozzato Krukowski** estariam completando 100 anos. Eles viveram em uma época de efervescência cultural: o movimento modernista surgia com muita expressão no território nacional. Foi justamente neste período que a pintora Tarsila do Amaral lançou o *Abaporu*, uma de suas obras mais famosas.

Nesta década, as primeiras transmissões de rádio traziam notícias de todas as partes do mundo por meio das ondas curtas. Mas os magistrados também conheceram e vivenciaram tempos difíceis com a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, eles presenciaram a Revolução de 1930, o Golpe de 1937, a Era Vargas, o Regime Militar e a Democracia.

Tantas vivências transformaram esses três homens, que também fizeram história ao perseguir os seus sonhos e se consolidarem na magistratura.

O ano de 2020 é especial para a Poder Judiciário, pois marca o centenário desses três magistrados, que já nos deixaram, mas que muito contribuíram para a causa pública e para o desenvolvimento dos valores da Justiça.

JOSÉ MEGER

de ajudante de pedreiro a Desembargador



Ainda menino, aos 14 anos, deixou a casa do pai no interior de Rebouças (PR). Embarcou em um trem, apenas com a roupa do corpo, e foi morar com a tia Rosalina em uma chácara, onde também trabalhava.

Na adolescência, teve diversas profissões: trabalhou em uma farmácia, foi ajudante de pedreiro, padeiro, zelador da igreja na cidade de Castro, faxineiro e garçom no Colégio onde estudava. Por fim, ingressou no Exército aos 21 anos de idade.

José Meger, porém, não deixou de estudar...

Concluiu o científico e almejava frequentar um curso superior. Ele chegou a fazer inscrição para o vestibular de Medicina, mas o Comandante o impediu de fazer a prova, alegando que ele era militar. Optou por não fazer o exame, para não ser preso.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra, ele deixou o Exército.

Passou, então, a trabalhar em uma Indústria de Artefatos de Couros como auxiliar de escritório. Fazia de tudo, controlava a entrada dos funcionários, confeccionava a folha de pagamento, fazia compras de matéria-prima para a indústria. Foi neste ofício que conheceu Zeni Thereza Schiebel, que viria a se tornar sua esposa.

Meger laborava oito horas por dia, frequentava as aulas à noite e, justamente quando estava no 2º ano de Ciências Econômicas, decidiu prestar vestibular para a Faculdade de Direito.

Concluiu a graduação em Ciências Econômicas, mas ainda estava no quarto ano de Direito. Nesta época, de posse da inscrição de solicitador acadêmico registrado na Ordem dos Advogados do Paraná, optou por retornar à terra natal. Começou a advogar e a atuar como contador em Rio Azul, Mallet e Irati. Para finalizar a faculdade de Direito, frequentava as aulas apenas quinze dias no mês e se preocupava com as faltas.

Zeni, já sua companheira, ficava em Rio Azul e auxiliava na escrituração dos livros comerciais, além de cuidar dos filhos e da casa.

E, como o próprio Meger disse em uma entrevista ao periódico Toga e Literatura, “era assim, uma luta de sacrifícios...”

Em 1951, ele se formou em Direito e continuou advogando. Foi nomeado Promotor Público na Comarca de Rebouças, cargo que ocupou por dois anos. Apenas em 1954 decidiu se inscrever no concurso para a magistratura.

“Sempre fui enérgico, considerado ‘mão pesada’, ‘juiz duro’, ‘sem conversa’.

Trecho retirado da Revista Toga e Literatura

Ao se classificar em quarto lugar, foi nomeado Juiz Substituto para a 51ª Seção Judiciária de União da Vitória, designado para atuar no município de Mallet. Depois de seis meses, ao se submeter a outro concurso, foi nomeado Juiz titular da Comarca de entrância inicial de Mallet.

E, assim, começou toda a sua história com o Poder Judiciário...

“Na condição de magistrado sempre procurei solucionar os conflitos de acordo com a Lei e o Direito, usando bom senso e dentro dos padrões recomendados ao juiz para fazer Justiça. O juiz governa o povo de uma comarca, não no sentido político, mas no sentido psicológico. Por meio do exemplo, de suas virtudes e de sua coragem cívica e profissional. O que importa não é a lei, mas o direito que vive e vibra na consciência do povo. Fazer Justiça é não só obedecer a lei e sim obedecer ao direito que é a fonte da lei”.

O Levante dos Posseiros

“Em 1957, ocorreu o Levante dos Posseiros em Francisco Beltrão, intenso conflito de terras, envolvendo posseiros e jagunços, que perpetraram toda sorte de crimes contra a vida e a propriedade dos moradores do Sudoeste. Tive de tomar diversas providências perante os revoltosos, despachar em processos de posse, mandado de prisão, desgostando tanto posseiros quanto jagunços, como é de rotina na vida do juiz. Fui chamado de ‘comunista’, sob a alegação de estar incentivando a revolta agrária.

Sofri investigação...

Ameaças de morte...

Trechos retirados da Revista Toga e Literatura

MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA

o magistrado aventureiro



Levado pelo gosto de voar, pelo movimento dos ventos – foi assim que começou a sua paixão pela leveza de estar no ar, pilotando o seu ultraleve. Naquela época, essa aventura era para poucos!

Poucos tinham essa coragem de estar nas nuvens e de apresentar a carteira de piloto. Mas uma das coisas que Marino Bueno Brandão Braga mais gostava era exibir para os colegas o seu brevê.

Além disso, era atleticano roxo e adorava uma pescaria. Escritor nato, é autor dos livros jurídicos 'Direito em Ação' (1961), 'Alguns Aspectos do Direito' (1964) e 'Deontologia Jurídica da Prática Judiciária' (2003). Também se dedicou a outras duas obras: 'Crônicas da Vida de um Juiz' e 'O dia em que me senti Papai Noel'.

A escrita o levou a ocupar a cadeira de nº 7 da Academia Paranaense de Letras e a participar, como colaborador semanal, do jornal Gazeta do Povo.

Na carreira da magistratura, não foi diferente, tamanha era sua dedicação e seu amor à profissão.

Marino Bueno Brandão Braga esteve à frente de todos os cargos diretos da Corte paranaense. Atuou como Corregedor no biênio 1973-1974, foi Vice-Presidente nos anos 1977-1978 e assumiu a Presidência em 1979.

Nesta época, foi promulgada a Lei Orgânica da Magistratura, que trouxe mudanças estruturais e administrativas à carreira. Ele ultrapassou os desafios e os obstáculos com maestria. Chegou ainda a representar a classe em 1973 e 1974, quando presidiu a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).

“As pessoas, desde o grego Ícaro, sonham em voar. Alguns magistrados dominaram a técnica de voar ‘em aparelhos mais pesados do que o ar’ - no dizer de Santos Dumont com o seu 14-bis.

Nildo Paes de Campos adquiriu um avião em Dois Vizinhos. Lidia Maejima em Londrina. E, Marino Bueno Brandão Braga, com o seu brevê, voando nos anos 80 de ultraleve no Aero Clube de Ponta Grossa e em outros aeródromos.

Alguém, naquela época, imaginaria esse circumspecto Desembargador que ocupou os principais cargos do Poder Judiciário, pilotando um avião?

Ele, simplesmente, materializou seus sonhos de aventura para voar próximo do criador”.

Depoimento do Desembargador Robson Marques Cury

“Quando entrei na carreira, em 1980, era Presidente do TJPR o Desembargador Marino Bueno Brandão Braga. Definidos os aprovados no concurso, chegava o momento de escolher a Comarca em que iríamos trabalhar.

A conversa era direta com o Presidente. Cheguei ao Tribunal e entrei naquele gabinete que me pareceu imenso e caminhei muito até chegar à mesa do Desembargador Presidente, a quem eu conhecia apenas de vista. Eu lhe disse que a Comarca de minha preferência era Ponta Grossa (à época, de entrância intermediária) para começar como juiz substituto.

Ele disse que havia uma vaga lá, mas não costumava permitir que os juízes comessem na Comarca em que haviam advogado, ou estudado, porque iam enfrentar os seus professores de Faculdade como postulantes e isto causaria um certo constrangimento ao juiz novato.

Timidamente, eu disse que havia me casado há três meses e que acabara de montar meu apartamento - sonho meu e da minha esposa, na cidade de Ponta Grossa, onde eu também lecionava e tinha meus familiares e de minha esposa.

Ele me examinou, com aqueles olhos miúdos por trás das lentes e concluiu que seria um atrapalho grande na vida de um recém-casado ter de mudar para outra Comarca. Disse: “Desta vez eu vou fazer uma exceção. O senhor vai ser juiz substituto em Ponta Grossa. Recomendações para sua esposa”.

Acabei ficando por mais de um ano como juiz substituto na Comarca de Ponta Grossa onde tive a oportunidade de aprender bastante, com grandes juízes que atuavam naquela Comarca e que foram meus formadores, como Leonardo Lustosa, Tadeu Marino Costa, Vitor Leal, Eraclés Messias, Valdomiro Namur, Edson Trevisan, Vitor Bonfim Marins, Ronaldt Grolmann, Vidal Coelho e vários outros”.

Depoimento do Desembargador Noeval de Quadros

ZEFERINO MOZZATO KRUKOSKI

*primeiro Juiz da cidade de Maringá e
primeiro Presidente do Tribunal de Alçada*



Zeferino Mozzato Krukoski traçou a sua história com maestria. Nascido no distrito de Vera Guarani, que pertencia ao município de São Mateus do Sul, o menino do interior foi pioneiro em algumas etapas profissionais de sua vida.

Em 9 de março de 1954, ele foi responsável por instalar a Comarca e organizar as atividades jurisdicionais em Maringá, tendo sido o primeiro juiz.

Após 10 anos no norte do Paraná, foi promovido para a capital, onde exerceu as funções de juiz de direito substituto, titular, e substituto em 2º Grau.

Mas, em 1970, mais uma vez foi pioneiro: eleito pelos pares, assumiu a Presidência do Tribunal de Alçada do Paraná (TA). Naquela época, recém instalado, o TA tinha jurisdição sobre todo o território estadual e funcionava com duas câmaras cíveis isoladas e uma criminal. Dez juízes atuaram nessas câmaras: além dele, os magistrados Murilo Eurico Cordeiro Roncáglio, Ossian França, Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Aurélio Feijó, Jorge Andriguetto, Luis Renato Pedroso, Claudio Nunes do Nascimento, João Cid de Macedo Portugal e Abrahão Miguel.

Nessa ocasião, Zeferino Krukoski recebeu a incumbência de desafogar o Tribunal de Justiça do Paraná, pois havia um volume significativo de recursos que aguardavam por julgamento em 2ª instância.

Ele também ocupou cargos na Cúpula Diretiva do TJPR: foi Corregedor-Geral (1977-1978) e Vice-Presidente (1979-1980). No Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), assumiu a Presidência em 1975.

O menino do interior fez história e é lembrado por muitos...

A Sede Esportiva da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), localizada em Piraquara, leva o seu nome. Uma homenagem ao responsável pelos primeiros projetos da obra e pela supervisão do início da construção.

O Desembargador Krukoski também empresta o seu nome ao Fórum da Comarca de Colorado, ao Fórum Eleitoral de Cianorte, a um Centro de Educação Infantil de Maringá e a um jardinete no Bairro Alto, em Curitiba.



Contexto histórico retirado da
Revista Toga e Literatura



TJPR

100 MAGISTRADOS
CENTENÁRIOS